

A. I. Nº - 300200.0278/05-2
AUTUADO - SECRET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.
AUTUANTE - JOSÉ CARLOS ALMEIDA DE ABREU
ORIGEM - IFMT/METRO
INTERNET - 30.08.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0287-02/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. AUDITORIA DE CAIXA. VENDAS À CONSUMIDOR FINAL FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Imputação não elidida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração foi lavrado em 12/04/2004, para exigência da multa no valor de R\$ 690,00 em razão do autuado, depois de constatado a partir da denúncia nº 7.959/2005, ter efetuado vendas de mercadorias a consumidor final sem a emissão de documento fiscal, contrariando os art. 142, inciso VII e o art. 201, inciso I do RICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284/97 e multa, prevista no art. 42, inciso XIV – A, alínea “a” da Lei nº 7.014/96 alterada pela Lei nº 8.534/02.

O autuado representado por sua sócia, apresentou defesa tempestiva (fls. 18 a 20), onde esclarece, inicialmente, que a denúncia que deu origem ao presente Auto de Infração fora dirigida à empresa “BELLA SECRET” e não a “SECRET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA” como entendera o fiscal, e que, por equívoco, autuara o seu estabelecimento. Em seguida, aduz o autuado que a máquina de sua loja encontrava-se quebrada, aludindo que anexara comprovante aos autos, embora inexistia comprovação alguma em sua peça defensiva, fls. 18 a 20. Assevera, também, que as notas fiscais eram emitidas manualmente, e que, as clientes, em face da demora no preenchimento das notas fiscais, não aguardavam a emissão do documento fiscal. Afirma, ainda, que quando as notas fiscais não eram emitidas de forma imediata, durante o expediente, todas as notas fiscais correspondentes às vendas diárias eram emitidas e que jamais deixou de cumprir essa obrigação. Argumenta, que não pode ser punida por uma infração não cometida, aduzindo que a lei não exige que a emissão da nota fiscal seja imediatamente à operação, mas que de fato seja emitida, e ela a emitira, embora, posteriormente. Evoca, ainda, o art. 42 do RICMS para justificar que o seu estabelecimento não fora identificado realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente e, com o fito de obter um tratamento mais brando na aplicação da penalidade, cita o art. 112 CTN. Por fim, requer o cancelamento do auto de infração.

O autuante em informação fiscal (fls. 23 e 24), mantém a autuação dizendo que a mesma decorreu da Denúncia de consumidor, e, comparecendo ao endereço, por ela indicado deparou-se com a empresa, ora autuada, onde foi efetuada a Auditoria de Caixa, fl. 09, que resultou na comprovação de vendas realizadas sem emissão de documento fiscal. Refuta a alegação do autuado, asseverando que a emissão da nota fiscal deve ser realizada antes de iniciada a saída da mercadoria e entregue ao adquirente mesmo sem ser solicitado, transcrevendo teor dos artigos 142 e 220 do RICMS, onde figuram os pontos em tela. Conclui reiterando a manutenção do auto de infração.

VOTO

Diante dos elementos constitutivos do presente PAF, entendo que ficou caracterizado que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão da documentação fiscal correspondente.

Em nenhuma das suas alegações defensivas, o autuado contestou objetivamente o resultado da Auditoria de Caixa, realizada em seu estabelecimento que revelou a existência de numerários sem a correspondente emissão de notas fiscais para acobertar as operações realizadas e justificar o ingresso de recurso em seu caixa.

Dos exames nos documentos que integram os autos, subsistiu evidenciado que não tem sustentação a pretensão do autuado de derrocar a acusação fiscal, já que o Termo de Auditoria de Caixa, anexado aos autos à fl. 09, comprova, efetivamente, que o contribuinte realizou operações de vendas sem a emissão das correspondentes notas fiscais. A ocorrência manifesta-se mais claramente pelo fato da auditoria de caixa ser procedida próximo ao final do expediente comercial, sem que houvesse sido emitida, sequer, uma única nota fiscal.

Apesar de afirmar o autuado, em sua peça defensiva, que apensara comprovante de que a máquina encontrava-se quebrada e nada ter anexado, a ocorrência, ou não, desse evento em nada repercute na apuração dos fatos, haja vista o imperativo preconizado no RICMS-BA que determina a emissão da nota fiscal antes da saída das mercadorias.

Ante o exposto, e ainda com base nos artigos 142, VII e 220, I, do RICMS/97, que determinam que é obrigação do contribuinte entregar ao adquirente, ainda que não solicitado, o documento fiscal correspondente às mercadorias cuja saída efetuar, devendo a nota fiscal ser emitida antes de iniciada a saída das mercadorias, restou inteiramente configurado nos autos o efetivo cometimento, pelo autuado, do quanto expresso na acusação fiscal.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **300200.0278/05-2**, lavrado contra **SECRET INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$ 690,00**, prevista no art. 42, inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 agosto de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS - RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR